

XIX Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: A América Latina e o  
Leste Asiático na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista

Florianópolis, 20 a 22 de outubro de 2025

Auditório do CSE – UFSC

**PÓS-DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS-MUNDO: A ARMADILHA DA IDEOLOGIA  
DO “DESENVOLVIMENTO” E O CASO DA CHINA**

Guilherme Prado Almeida de Souza (UFABC)

Thiago Fernandes Franco (UFS)

## **Pós-Desenvolvimento e Sistemas-mundo: a armadilha da ideologia do “desenvolvimento” e o caso da China**

Guilherme Prado Almeida de Souza<sup>1</sup>

Thiago Fernandes Franco<sup>2</sup>

Tendo como recorte inicial a América Latina e mais especificamente o Brasil em sua relação com a China no contexto de Desenvolvimento da economia-mundo capitalista nos últimos 15 anos, iremos mostrar como a busca pelo “desenvolvimento” se tornou historicamente obsoleta, sendo hoje uma armadilha, uma obstrução para novos paradigmas e objetivos coletivos para a libertação dos povos do ponto de vista econômico, social e ambiental. Por meio da teorização da Análise dos Sistemas-Mundo, principalmente com as contribuições de Immanuel Wallerstein, retomamos formulações sobre a rigidez estrutural do sistema-mundo capitalista e sua estratificação trimodal (periferia, semiperiferia, centro), de modo que, de um ponto de vista emancipatório, o dito “desenvolvimento” significa uma vantagem *relativa* sobre outros países dentro da divisão internacional do trabalho e, portanto, a ascensão de um país a partir de um estrato inferior (digamos a semiperiferia) para um superior (digamos o centro), inviabiliza ou prejudica dramaticamente a ascensão de outros países na mesma direção. Sendo assim, em termos sistêmicos, qualquer “desenvolvimento nacional” (*sic*) somente poderia ocorrer às custas de uma maior precarização do trabalho, sofrimento humano e colapso ambiental e social - pelo menos em outra área do sistema-mundo. E já que, por definição, na economia-mundo capitalista o “desenvolvimento” não pode ser universalizado, nos filiamos ao argumento de Wallerstein segundo o qual a tarefa da Análise dos Sistemas-Mundo seria “apresentar de maneira racional as *reais* alternativas históricas que temos diante de nós” (Wallerstein, 2006 [1987], p. 273, grifo nosso). A partir disso, lançamos as perguntas: como os escritos de Wallerstein nos ajudam na compreensão dos limites do paradoxo desenvolvimento x subdesenvolvimento em nossos dias e dos projetos teóricos e políticos para sua superação? Neste caótico momento histórico, deveríamos ter a ousadia de nos arriscar na construção ao menos de um esboço de um projeto libertador que ultrapassaria esses limites. Como se dariam alguns de seus postulados e inspirações? Em nossa hipótese, sob o método hipotético-dedutivo, histórico e sistêmico da análise dos sistemas-mundo, além do embasamento de dados socioeconômicos, entendemos o processo de arrancada chinesa como simbólico ao revelar aspectos dos limites do “desenvolvimento”, evidenciados por meio das contradições entre Brasil e China. Esses contrastes têm

1 Mestre em Ciências Humanas e Sociais e doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Santo André, São Paulo, Brasil. E-mail: [prado.guilherme50@gmail.com](mailto:prado.guilherme50@gmail.com).

2 Professor de Relações Internacionais (RI/UFS) e do Mestrado Profissional em Economia (PROPEC/UFS). São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: [thiago.franco@academico.ufs.br](mailto:thiago.franco@academico.ufs.br).

se intensificado através do chamado Consenso de Beijing – que, por exemplo, nos posiciona como fornecedores de soja produzida sob intensa devastação ambiental – ou mesmo pelo projeto (in)“sustentável” de *data centers* em nosso país, que amplificam a crise socioambiental brasileira. Além disso, a própria pegada material e ambiental da China — por contradições impostas pela economia-mundo capitalista e os paradigmas tecnológicos nos quais ele se sustenta independentemente de escolhas “nacionais” supostamente soberanas — evidencia os limites da meta desenvolvimentista em suas diversas versões, seja sob a vestimenta socialista, seja sob o modelo desenvolvimentista clássico. Sendo a meta desenvolvimentista, agora simbolizada pela ascensão chinesa, impossível de ser universalizada, este artigo visa apontar saídas incipientes e paradigmas que caminhem para além do crescimento e do desenvolvimento, como Immanuel Wallerstein nos instou a perseguir, na última fase de sua carreira, ao impensar a ciência social a partir da teoria dos sistemas-mundo. O teórico postulou que novas possibilidades poderiam se tornar viáveis na crise final do capitalismo — possibilidades essas que poderiam ser vislumbradas e materializadas por meio da crítica e superação dos paradigmas, estruturas de pensamento e programas políticos do século XIX ainda hegemônicos - em versões recauchutadas - em nossas sociedades.

## **Pós-Desenvolvimento e Sistemas-mundo: a armadilha da ideologia do “desenvolvimento” e o caso da China**

Guilherme Prado Almeida de Souza<sup>3</sup>

Thiago Fernandes Franco<sup>4</sup>

### **RESUMO**

O desenvolvimento econômico é uma ideia-força ainda muito presente no imaginário da política econômica e da ciência social. Isso apesar de seus resultados terem sido fracassados ao longo dos último 80 anos. A obsessão com o “desenvolvimento nacional” obscurece a impossibilidade de sua universalização e a exclusividade de seus benefícios – restritos a poucos países que, mesmo nos raros casos de “ascensão”, seguem formando um seleto grupo. Nesse sentido, a Análise do Sistema-Mundo (ASM), desde sua origem, em meados dos anos 1970 - especialmente pelas mãos de Immanuel Wallerstein - foi capaz de oferecer uma crítica “anti” e “pós” desenvolvimentista, ainda que esta abordagem tenha sido contingenciada. Neste artigo, buscamos recuperar a riqueza crítica dessa tradição intelectual. Ao ressignificar as elaborações que apontam a armadilha do desenvolvimento, buscamos entender como esse mito se reconfigura nos tempos atuais em torno do processo da “arrancada” chinesa. Para isso, analisamos as relações econômicas entre a China e a América Latina na *conjuntura* do século XXI, tendo como foco o “extrativismo”. Considerando seus impactos sociais e ambientais devastadores e o aprofundamento da periferizações para as sociedades latino-americanas, o processo chinês representa mais uma vez a cilada desenvolvimentista e a total obsolescência histórica do paradigma do “desenvolvimento nacional” - o que, portanto, aponta para a necessidade de entendermos a ASM como alternativa pós-desenvolvimentista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento; China; América Latina; Sistemas-mundo; Ideologia.

### **INTRODUÇÃO**

O Desenvolvimento é provavelmente a maior ideia-força do século XX, período em que essa utopia talvez tenha sido “o único objetivo social” que encontrou “uma aceitação quase unânime” ao redor do mundo, alinhando “projetos nacionais” e aspirações de indivíduos (Wallerstein, 2006 [1988], p. 123)<sup>5</sup>, ou seja, trata-se de uma *hegemonia*, em sentido forte. Se tomarmos o século como um todo,

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Humanas e Sociais e doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Santo André, São Paulo, Brasil. E-mail: [prado.guilherme50@gmail.com](mailto:prado.guilherme50@gmail.com).

<sup>4</sup> Professor de Relações Internacionais (RI/UFS) e do Mestrado Profissional em Economia (PROPEC/UFS). São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: [thiago.franco@academico.ufs.br](mailto:thiago.franco@academico.ufs.br).

<sup>5</sup> Indicaremos entre colchetes as datas da publicação original.

segundo a famosa hipótese do “tríptico” ou “sanduíche” de Hobsbawm (1995 [1994]), é possível destacar *três* momentos relativamente distintos. No primeiro - entre o final do XIX e a Segunda Guerra - e no terceiro - após 1970 - imperaram as ideias de “livre iniciativa”; “livre-mercado” e “harmonia de interesses”. No “recheio” viu-se o auge da rivalidade entre keynesianismo e planejamento socialista. Mas, a despeito dessas variações conjunturais e suas respectivas disputas, a ideia de Desenvolvimento Econômico foi um ponto de *convergência* - tanto na Ciência Social quanto no “concreto” (“sociedade”, “economia” e “política”). Assim, nesse aspecto, durante todo o século XX – e no XXI – “o que separa a esquerda da direita [...] não é desenvolver ou não desenvolver, mas que políticas se presume oferecer mais esperanças para alcançar essa meta” (Wallerstein, *idem*).

Por suposto, como qualquer outra hegemonia, a desenvolvimentista também é enfrentada por ideias antagônicas. Dentre elas, neste trabalho queremos destacar o “movimento do saber” Análise dos Sistemas-Mundo (ASM), que tem na crítica ao “desenvolvimento nacional” um dos seus pilares. Podemos afirmar que, desde os anos 1970, diversos autores da “família” das ASM elaboraram vigorosas críticas ao assim chamado “desenvolvimento nacional” demonstrando seus limites, sua inviável universalização e até alguns de seus aspectos regressivos - a despeito de consideráveis divergências internas sobre a importância da crítica ao “nacionalismo metodológico” e a relevância da disputa pela “unidade de análise” (Wallerstein, 2012).

Entretanto, em nosso juízo, nas últimas décadas essa questão foi obscurecida, mesmo no interior da “família”, demonstrando a permanência e a força da Ideologia do Desenvolvimento e do Nacionalismo Metodológico e arrefecendo o ímpeto crítico da própria ASM, que se tornou em certa medida perigosamente “respeitável” a ponto de se confundir com perspectivas hegemônicas como as “teorias da globalização” (*sic*) (Wallerstein, *idem*). Desse ponto de vista, o mais evidente sinal da força e da permanência da Ideologia do Desenvolvimento é o viés propagandístico que permeia análises de exemplos históricos de “arranque” nacional (*cf.* Rostow, 1978 [1960]), tomados como modelos a serem seguidos. Em nossos tempos, sobretudo na assim chamada esquerda, o caso chinês é sem dúvida o maior exemplo, sendo a China vigorosamente defendida como “alternativa sistêmica” e exemplo de “avanço” para os países de estratos “inferiores” da economia-mundo, seja pelas promessas da aliança dos BRICS, seja como protótipo para emulações do assim chamado Socialismo de Mercado.

*Do ponto de vista sistêmico*, contudo, o que a arrancada chinesa revela é justamente a impossibilidade de generalização do desenvolvimento. Por um lado, porque ela depende da simbiose da economia chinesa com o extrativismo na periferia, por outro, porque sua generalização levaria o

colapso ambiental ao paroxismo (Marques, 2016). *De um ponto de vista histórico e sistêmico*, o Desenvolvimento nasceu perverso e se tornou *historicamente obsoleto*. Apesar de prometer um futuro melhor para a humanidade como um todo, todas as evidências demonstram que a obsessão desenvolvimentista é falaciosa. Em termos “relativos”, é irrealizável; em termos “absolutos”, é suicida. Sendo assim, o Desenvolvimento não passa de uma *armadilha*; uma *cilada* que obstrui novos paradigmas que poderiam eventualmente contribuir para a racionalização das possibilidades de libertação dos povos<sup>6</sup>.

Para defender esse ponto de vista, neste texto avaliamos as relações econômicas entre China e América Latina na *conjuntura* deste século em um movimento duplo: na primeira parte retomamos brevemente a crítica ao Desenvolvimento elaborada por autores das ASM (ênfase em Arrighi e, principalmente, Wallerstein) e na segunda abordamos criticamente o processo de simbiose entre a arrancada chinesa e o extrativismo na América Latina.

## 1. A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO NAS ANÁLISES DOS SISTEMAS-MUNDO (ASM)

Considerando as polêmicas de nosso tempo, antes de entrarmos na discussão propriamente dita, nos parece oportuno reconstituir sinteticamente uma ideia basilar das ASM: o Moderno Sistema-Mundo Capitalista é o único sistema-mundo de nossa época.

De acordo com os autores das ASM, ao longo da história humana existiram incontáveis formações sociais em cujo interior se consolidou *uma divisão do trabalho*, às quais batizaram de *sistemas-mundo*. Como Wallerstein (2017, p.13) gostava de lembrar citando Braudel, esses sistemas-mundo - *no plural* - constituíam cada um deles “*um mundo*”, mas não ocupavam todo “*o mundo*”. Para fins didáticos, os autores das ASM classificaram os sistemas-mundo em duas categorias: *impérios-mundo* e *economias-mundo*. Enquanto os impérios-mundo se caracterizavam por *uma divisão do trabalho e múltiplos sistemas culturais subordinados* orquestrados por *estruturas político-burocráticas centralizadas* nas quais as trocas comerciais não cumpriam papel *estruturante*; as Economias-mundo - que eram também sistemas conectados por *uma divisão do trabalho e estruturas culturais múltiplas* - possuíam, por sua vez, *estruturas político-burocráticas descentralizadas* e tinham nas trocas comerciais um elemento *estruturante*.

<sup>6</sup>Nos afiliamos aqui a Wallerstein (2012, p. 27) no entendimento de que as Análises dos Sistemas-Mundo “nunca pretenderam fazer parte de uma lista de teorias alternativas”, mas sim “apresentar de maneira racional as *reais* alternativas históricas que temos diante de nós” (Wallerstein, 2006 [1987], p. 273, grifo nosso).

De acordo com as ASM, em nossa época vivemos sob um tipo *específico* de Sistema-mundo: o Moderno Sistema-Mundial Capitalista. Por não possuir uma estrutura político-burocrática centralizada, este Sistema-mundo caberia na classificação de Economia-mundo, mas ele possui ao menos duas características distintas de outros sistemas desse tipo.

A primeira delas é o fato de que esse sistema histórico é *capitalista*, ou seja, “está construído sobre o impulso a uma acumulação incessante de capital” que, por meio de mecanismos *internos* recompensa a médio prazo os que atuam de acordo com sua lógica e castiga materialmente aqueles que “insistem em funcionar de acordo com outras lógicas” (Wallerstein, 2017 [2011], p.13). Isso significa que o Moderno Sistema-Mundo Capitalista - diferente dos antigos - tem por característica uma brutal *homogeneização* das formas sociais. Mas cumpre ressaltar que isso não significa que essa homogeneização se dê por completo - absurdo caso em que seriam suprimidas *todas* as diferenças - econômicas, políticas e culturais - em *tudo* o mundo. *Concretamente*, a homogeneização capitalista convive com diferenças significativas no interior da mesma estrutura - e as instrumentaliza para potencializar a acumulação. A título de exemplo, a propriedade privada dos meios de produção, a industrialização e o assalariamento da força de trabalho *parecem amplamente generalizadas*, e muita gente considera que são inclusive as características definidoras desse Sistema-mundo. Mas a verdade é que em *uma mesma divisão do trabalho* sempre coexistem - em termos “subnacionais”, “nacionais” ou “internacionais” - muitas *formas de trabalho, regimes de propriedade e formas políticas*, e na capitalista não é diferente<sup>7</sup>. Com efeito, em seu “desenvolvimento desigual e combinado” *concreto*, o Moderno Sistema-Mundo Capitalista se mostra particularmente propenso a combinar heterogeneidade com homogeneização das formas de vida.

A segunda especificidade do Moderno Sistema-Mundo Capitalista - ligada à anterior - é que ele se tornou geograficamente tão abrangente que *foi a primeira Economia-mundo capaz de unificar o planeta sob uma única divisão internacional do trabalho*, absorvendo simbioticamente todas as diversas formações sociais existentes em ***um único sistema-mundo*** - um sistema-mundo que, portanto, pela primeira vez, corresponde ao *mundo todo*. Isso significa que, da perspectiva wallersteiniana, a existência de formações sociais e sistema políticos diversos não necessariamente constitui divisões do trabalho *independentes*. Dessa forma, a existência de regimes políticos “socialistas” - em qualquer momento histórico desde o século XX até hoje - não implica que exista ou tenha existido um sistema-

<sup>7</sup>Para Wallerstein, “um indivíduo não é menos um capitalista explorador de trabalho porque o Estado o assiste no pagamento de baixos salários a seus trabalhadores” e mesmo “a escravidão e a chamada ‘segunda servidão’ não devem ser consideradas anomalias num sistema capitalista” (Wallerstein, 1979a, p.17).

mundo “socialista”, para o que seria necessária a existência de *uma divisão internacional do trabalho independente*. Como sabido, na perspectiva das ASM, essa questão está necessariamente articulada a importantes debates sobre *transição sistêmica* - e em menor medida em *transição hegemônica* - mas aqui nosso assunto é outro. Sendo um sistema *social e histórico*, o Moderno Sistema-Mundo Capitalista não é eterno e é razoável conjecturar se um dia deixaremos de viver sob um único sistema-mundo. Temos concordância, inclusive, que vivemos a crise estrutural do sistema-mundo atual. Entretanto, diante da incontestável simbiose entre as economias ditas socialistas e a acumulação capitalista – no centro e na periferia -, *hoje* não nos parece fazer sentido argumentar que existam *duas* divisões internacionais do trabalho *independentes*. Assim, deixamos os debates sobre a transição para outra ocasião e em nossa análise *conjuntural* nos limitamos a comentar aspectos específicos dessa simbiose e suas implicações político-ideológicas.

.

Immanuel Wallerstein, sob nosso ponto de vista o autor mais radical - porque parte desde as raízes *e se mantém coerente a elas* - das ASM, têm na crítica às ilusões do desenvolvimento um dos pilares do seu pensamento (Wallerstein, 2019 [2000]). Nas várias vezes em que se propôs a fazer um balanço das ASM, costumou ressaltar inclusive que esta perspectiva nasceu no mesmo momento em que surgiram outras abordagens que “possuem em comum a crítica da perspectiva desenvolvimentista”, todas em menor ou maior medida influenciadas pelo marxismo, ainda que “dev[a] ser notado que algumas [...] como a de Furtado, vem de herança liberal” (Wallerstein, 1979c, p.53). São os casos, dentre outros, do *estruturalismo* de Prebisch e Furtado; do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* de Gunder Frank; do *dependentismo marxista* de Theotonio e Marini; da *acumulação em escala mundial* de Samir Amin; e da *troca desigual* de Arghiri Emmanuel<sup>8</sup>. Para Wallerstein, todas essas abordagens rechaçam - ao menos retoricamente - o etapismo evolucionário segundo o qual o subdesenvolvimento seria expressão da *falta* de desenvolvimento capitalista ao defender que, na verdade, o subdesenvolvimento é um *resultado* dele. Mas, ao ampliar a noção do caráter *sistêmico* das relações internacionais, as ASM foram além. Isso porque, apesar das várias contribuições dessas abordagens, segundo Wallerstein (2012), seus autores ainda estavam presos aos paradigmas do século XIX na medida em que tomavam o Estado nacional como unidade central de análise - o que seria um erro grave. *Do ponto de vista sistêmico*, sempre devemos “situar[...] os diversos Estados *em suas relações com os demais*” (Wallerstein,[2011]

<sup>8</sup>Embora criticada, em nosso juízo a teoria da *troca desigual* (cf: Palloix *et.al.*, 1981) é importante para entender o capitalismo, pois sem ela “não seria lucrativo expandir a divisão do trabalho”, ao que a manutenção do sistema capitalista seria inviável e ele se “desintegraria ou se reverteria para a forma de um Império-mundo redistributivo” (Wallerstein, 1979d, p. 71).

2016, p.13, grifos nossos).

Em um robusto estudo comparado, Giovanni Arrighi (1998), outro notório autor das ASM, demonstrou que, na estrutura concorrencial da economia-mundo capitalista, a mobilidade de países é praticamente nula. Considerando o período de 1938/50 a 1975/83 - o suposto auge da hegemonia desenvolvimentista! - 95% dos Estados se mantiveram ou foram mantidos na mesma zona econômica da economia-mundo capitalista (periferia, semiperiferia ou centro) em que se encontravam inicialmente. Não é simples - nem necessário - *precisar* a posição de cada país nesses estratos. Para Arrighi, grosso modo, as atividades de menor valor agregado e menores salários são mais concentradas nos países periféricos; ao passo que as atividades de alto valor agregado e de altos salários são mais concentradas nos países centrais, sendo a semiperiferia um estrato intermediário que cumpre um papel ideológico crucial ao representar a promessa de mobilidade hierárquica<sup>9</sup>. Isso porque os *raríssimos* casos em que é razoável falar sobre “ascensão hierárquica” servem para legitimar e prolongar a vida da centenária ideologia segundo a qual é possível alcançar o dito “desenvolvimento nacional”. Quantas vezes não ouvimos que a Coreia do Sul e a China, por exemplo, se “desenvolveram” porque houve intervenção estatal, o que comprovaria a viabilidade do desenvolvimento nacional *desde que* se fizesse a “lição de casa” - seja ela socialista, desenvolvimentista ou liberal? Acontece que, na contramão dessa ideologia, vemos que, quando “a poeira se assenta, os verdadeiros casos de avanço econômico provam ser a exceção, ao passo que a idéia de que muitos estavam avançando prova ter sido uma ilusão” (Arrighi 1998, p.227). O que a história mostra é que, desde o século XVII, o número de países centrais só aumentou em decorrência da ampliação do sistema-mundo com a incorporação – como periferia - de regiões como o subcontinente indiano, o Império Otomano, o Império Russo e a África Ocidental. Fora isso, o padrão recorrente é que, para que se consolide o avanço de um Estado nacional na divisão internacional do trabalho, outro(s) necessariamente devem retrocer<sup>10</sup>. Em outras palavras, a partir da constituição mundial do Sistema-Mundo Capitalista, o “desenvolvimento” de um Estado - seja ele obtido por políticas ditas socialistas, desenvolvimentistas ou liberais - implica *necessariamente* o “subdesenvolvimento” de outro(s).

9A divisão internacional do trabalho hoje em dia é significativamente mais complexa que a coberta por Arrighi. Para citarmos apenas alguns exemplos, foram ampliados os setores de serviços; intensificadas as redes migratórias; expandidas as cadeias globais de valor; e exponenciadas as explorações agrícolas e minerais. Em nosso juízo, essas alterações exigem que os critérios da classificação de Arrighi - amplamente aceitos - sejam atualizados, o que não faz parte de nosso escopo. Mas para nós é importante sublinhar que mesmo com a atualização dos critérios, os resultados da classificação provavelmente seriam semelhantes e a tese principal sobre a falácia da mobilidade permanece válida.

10Como demonstrado por Arrighi(1998), a ascensão sul-coreana, quando avaliada *sistemicamente* - e não pelas lentes do “nacionalismo metodológico” - contrasta com - e ao menos parcialmente pode ser explicada por - exemplos simultâneos de “regressão hierárquica” - como é o caso de Gana. Enquanto a Coreia do Sul “progride” da periferia para a semiperiferia, Gana “regride” da semiperiferia para a periferia. A China, como já explicado, será abordada na sequência.

*Do ponto de vista da ciência burguesa*, chauvinista por definição, esse raciocínio tem muito pouca importância, valendo o ditado popular: “se a farinha é pouca, meu pirão primeiro”. Neste sentido, continua intacto o sistema teórico e político pautado na usual relação entre comércio internacional e desenvolvimento econômico, livre-cambismo e protecionismo - que dá forma à ciência da economia desde seus primeiros passos. *Na perspectiva da ciência burguesa periférica*, permanece intacta também a dicotomia entre centro e periferia.

Não temos espaço para demonstrar em detalhes que ambas são explicações ruins para os fenômenos históricos que pretendem abordar, mas cumpre lembrar que Wallerstein nos oferece outro enquadramento. Para ele, diferentemente das interpretações burguesas - centrais e periféricas - os fluxos internacionais de capital não expressam a “internacionalização do capital nacional”, mas a possibilidade de materialização da “demanda de setores capitalistas que, em todos os momentos, buscaram maximizar seus lucros dentro do *verdadeiro mercado*, a economia-mundo” (WALLERSTEIN, 1979a, p. 20, grifos nossos). Conforme demonstrado *pelo menos* desde Rosa Luxemburgo, a formação de um mercado mundial é uma *condição* da acumulação capitalista, que muito embora movida pela acumulação *abstrata* de poder e dinheiro, depende de “recursos naturais” *concretos* - como diria Polanyi, algumas das “não-mercadorias tornadas mercadorias” - que se distribuem de modo *necessariamente* desigual ao redor do planeta - como água, sol e minérios, dentre outras. Sendo assim, *de uma perspectiva wallersteiniana, histórica e sistêmica - internacionalista por afiliação teórica e política* - o “desenvolvimento dos Estados nacionais” se mostra apenas um *aspecto* do desenvolvimento *do Moderno Sistema-Mundo Capitalista*.

Talvez fosse o caso de reafirmar que o “desenvolvimento nacional” (*sic*) pode conviver perfeitamente bem com a deterioração das condições de vida das pessoas comuns das classes trabalhadoras - como demonstra o caso do assim chamado Milagre Brasileiro -, mas aqui nosso foco é outro. Nos importa salientar que, sendo intrinsecamente *internacional*, ou seja sendo *uma única divisão internacional do trabalho*, o Moderno Sistema-Mundo Capitalista não se assenta apenas na apropriação da mais-valia produzida pela classe trabalhadora - como a ciência marxista bem o demonstra - mas também na exploração de mais-valia entre áreas geográficas *distintas*, o que, *no sistema-mundo atual*, significa organizar uma exploração que perpassa diferentes Estados nacionais (Wallerstein, 1979a, p.18-19 [1974]). Em síntese, sendo o Moderno Sistema-Mundo Capitalista caracterizado por uma divisão do trabalho assentada na concorrência e na *troca desigual* (Emmanuel, 1981), a “ascensão” de um Estado ao centro, nas palavras de Wallerstein (1979a, p. 20-21), “tem como direta contraparte o

declínio das máquinas estatais das áreas periféricas”, pois, uma vez que “o sistema funciona em virtude de ter regiões periféricas e centrais desiguais”, “todos os países não podem desenvolver-se simultaneamente”(Wallerstein, 1979d, p. 61).

Na próxima seção, por meio de exemplos tomados da América Latina, veremos como a ascensão chinesa *implica* na exploração da periferia do sistema-mundo.

## **2. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS E O SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO**

### *2.1 O fetiche da arrancada chinesa*

A história econômica chinesa nas últimas décadas - comandada pelo Partido Comunista da China (PCC) - é sem dúvida uma das “arrancadas” mais impressionantes de um Estado nacional a partir de uma posição periférica em toda a história do Moderno Sistema-Mundo Capitalista. E isso não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como melhoria de indicadores sociais importantes. Se tomarmos, por exemplo, o conceito de *pobreza*, segundo o insuspeito Banco Mundial (2022), o Estado chinês já foi capaz de retirar mais de 800 milhões (!) de pessoas dessa condição - ainda que por suposto possamos questionar o critério de pobreza adotado.

Afora eventuais neoliberais fanáticos e xenofóbicos, não parece haver dúvida de que a arrancada chinesa foi catapultada pela instituição de um Estado forte que, dentre outras coisas, se ocupa com o investimento de maciças quantias de recursos em setores econômicos de grande intensidade tecnológica, muitas vezes capazes de competir no mercado mundial com os mais poderosos grupos capitalistas. Não espanta, portanto, que a arrancada chinesa desperte interesse e fascínio, o que por outro lado têm fermentado formulações apologéticas que apontam, por exemplo, o processo chinês como um “estágio superior de desenvolvimento” (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023) sustentado pelo assim chamado “Socialismo de Mercado” (*sic*), “uma nova formação econômico-social” que “associa - via coexistência e coabitação - modos de produção de diferentes épocas históricas em clara unidade de contrários” (Jabbour; Dantas, 2020, p.1037).

Como vimos definindo desde o princípio, consideramos esse fascínio equivocado. Mesmo se ignorarmos que apologias usualmente se sustentam em raciocínios simplistas e descrições equivocadas, nosso argumento principal é que, *em termos mundiais*, o assim chamado desenvolvimento é tanto inviável quanto catastrófico. Não podemos deixar de apontar os limites *absolutos* da universalização do Desenvolvimento em escala mundial, pois, a despeito da ideologia dominante, a universalização do Desenvolvimento seguramente aceleraria o colapso ambiental (Marques, 2016, 2025). Sem dúvidas,

pela magnitude populacional; pela intensidade de sua acumulação; e pelos paradigmas tecnológicos nos quais essa “arrancada” se sustenta - que independem de escolhas “racionais” e “soberanas” -, sob a perspectiva da humanidade como um todo, as tendências das “pegadas” material e ambiental da China, assim como a dos países desenvolvidos, evidenciam tragicamente os limites da utopia desenvolvimentista - seja essa utopia socialista, liberal ou desenvolvimentista em sentido restrito (Wiedmann *et al.*, 2015, p. 6272; Wiedmann & Lenzen, 2018; Ball, 2020). Entretanto, como dissemos, essa não é a ênfase deste trabalho. Aqui nos interessa sobretudo *demonstrar* os argumentos levantados na seção anterior em nosso caso concreto, ou seja, *demonstrar* que o desenvolvimento chinês *produz* subdesenvolvimento nas periferias em um processo simbiótico de crescimento econômico de um lado e extrativismo de outro.

Não resta dúvidas que o desenvolvimento chinês, sobretudo no século XXI, tem provocado impactos profundos na América Latina, sofrendo por um lado críticas xenofóbicas delirantes e por outro recebendo elogios inebriados da parte de quem aposta que as tais “parcerias Sul-Sul” seriam capazes daquilo que as “parcerias Norte-Sul” não foram, qual seja: realizar, enfim, o sonho do desenvolvimento.

Em um continente como o nosso, permanentemente marcado pela colonização em sentido estrito e pelas múltiplas intervenções militares justificadas pela Doutrina Monroe, as parcerias com a China têm sido celebradas também pelo seu caráter “consensual” e supostamente “benevolente” – também é o caso de muitas outras regiões periféricas, inclusive no continente africano. Essas interpretações geralmente recorrem aos fatos de que i) “os chineses” *costumam* - quando comparados com outras potências - oferecer condições *relativamente* mais vantajosas, especialmente no que se refere a empréstimos, e, ii) via de regra, não costumam ingerir nos assuntos internos dos “parceiros”<sup>11</sup>. Mas essa política está longe do ineditismo. Quando analisamos a história dos EUA, a exportação “benevolente” de capitais foi tomada, na segunda metade do século XX, *explicitamente* como *A Estratégia Americana* anticomunista oficial (Rostow, 1965 [1964]), seja nos Planos Marshall (Europa) e Colombo (Japão),

<sup>11</sup> Desde que a ciência econômica burguesa engatinhava já havia quem dissesse que a exportação de capital beneficia os países receptores. Nessa fábula, os investimentos em infraestrutura – atrelados ao pogrêssio, se destacam. O que o caso do capital chinês na América Latina revela, contudo, é que esses investimentos se concentraram justamente em infraestrutura *extrativista*, com a China oferecendo aportes de recursos em troca de acesso direto à *commodities*. No caso da província argentina de Rio Negro, a chinesa Beidahuang Group se comprometeu a irrigar uma área não cultivada de 300 mil hectares nos Pampas para ter acesso exclusivo à compra dos grãos ali produzidos (Infocampo, 2011; Agrositio, 2011). Se a China não costuma adotar propriamente táticas de coerção, um outro exemplo de pressão para atingir seus objetivos na região foi a oferta de empréstimos para o Equador com a condicionante de extrair petróleo no Parque Nacional do Yasuní. Estava em curso na época, a iniciativa Yasuni ITT, uma proposta de vanguarda do movimento social do país para manter a região livre do petróleo. Como revelaram documentos, o assédio chinês foi um dos motivos pelo abandono da proposta que só viria a retornar vencedora por referendo em 2023 (Hill, 2014).

seja na *Aliança para o Progresso* (América Latina)<sup>12</sup>. Também não custa lembrar que, mesmo na era “clássica” do Imperialismo, a “harmonia de interesses” e o “livre-comércio” - ambas baseadas no “consenso” – eram figuras de destaque no pacote das ideias hegemônicas, em especial como promotoras do que se vendia naquele tempo como “civilização”. Vistas em longo prazo, a “benevolência” e a “imposição” *sempre* fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma estratégia imperialista (cf: Franco, 2011).

Por suposto, essa estratégia imperialista também conta em suas fileiras – em especial mas não somente nas elites – com segmentos das sociedades periféricas que se beneficiam amplamente dessa articulação específica que combina elementos modernizantes com o aprofundamento da condição periférica. Em geral são esses segmentos que fazem coro com os apologetas dos países centrais segundo os quais os Estados receptores se beneficiam largamente dos investimentos que recebem e mesmo dependem deles. Essa é justamente a Ideologia do Desenvolvimento. Como já ensinava o beabá marxista, toda e qualquer ideologia se sustenta nos ecos da realidade objetiva, mas o fato é que, independentemente das ideologias, para abastecer mercados alheios - sejam eles europeus, estadunidenses ou asiáticos - continuamos poluindo nossos rios, devastando nosso solo e submetendo nosso povo. Ou, como bem diria Eduardo Galeano, continuamos sangrando.

## 2.2 O extrativismo na América Latina e o mercado chinês

Objetivamente, o que se observa na América Latina neste século é o *agravamento* de assimetrias e desigualdades - da submissão dos povos e da destruição da natureza - a partir do *aprofundamento* do extrativismo em suas múltiplas modalidades – com destaque para o agronegócio e a mineração - configurando o que Maristella Svampa denomina de *Consenso das Commodities* (Svampa, 2013; 2019) e *Nova Dependência* (2019). Neste contexto, autoras e autores como Ariel Slipak (2014) e Camila Moreno (2015) vêm argumentando que o aumento dos investimentos chineses na América Latina, a despeito da retórica oficial, se estrutura pelo eixo do extrativismo e não configura uma cooperação entre países em desenvolvimento, implicando, pelo contrário, na reprodução de padrões históricos de *subordinação* e *dependência* naquilo que chamam - em evidente alusão ao *Consenso de Washington* - de *Consenso de Beijing*.

Com efeito, além de *permanecer* subordinada aos ditames do capital “tradicional”, a economia

<sup>12</sup>De forte viés anticomunista, a *Aliança para o Progresso* autoproclamava disponibilizar em dez anos US\$ 20 bilhões, principalmente públicos, para o desenvolvimento econômico latino-americano com crescimento e justiça social. Apesar da iniciativa ter sido bem recebida por pessoas comprometidas com o desenvolvimento da região, como Raul Prebisch, estava *explicitamente* inserida na *estratégia* de busca de “mercados, áreas de investimentos e fontes de matérias-primas para empresas estadunidenses” (Loureiro, 2020, p. 36).

latino-americana tem sido *moldada para atender as necessidades chinesas de consumo*, como ilustram os avanços das fronteiras mineradoras e agrícolas, provavelmente os exemplos mais evidentes de como a ascensão chinesa vêm transformando a economia da região.

Vejam os casos da mineração, muito impactante em termos econômicos pela necessidade de grandes volumes de capital e amplamente reconhecida como um setor particularmente nocivo aos direitos dos povos originários, à degradação da natureza e à saúde humana em geral. Especialmente nas últimas décadas, o mercado das assim chamadas “energias limpas” tem se mostrado central nas relações econômicas da China com a América Latina. Mesmo ainda apresentando - assim como todos os outros países centrais - níveis *crescentes* de consumo energético de “fontes sujas”, a China tem se colocado como um ator dominante da assim chamada “transição energética” e os territórios latino-americanos têm sido um dos alvos prioritários. Sendo responsável por 60% da produção global de baterias de veículos elétricos, com cerca de metade da frota global deles, a China tem avançado no domínio direto ou indireto das fontes dos assim chamados “metais críticos”, fundamentais para essas tecnologias. São os casos, entre outros, do níquel, do cobalto e do lítio – este o mais significativo para a América do Sul. Em 2021, a China já consumia 72% das exportações chilenas de lítio e seu capital monopolista adquiriu 26% da Sociedad Química y Minera<sup>1</sup>. Até 2030, cerca de um quarto da produção de lítio na Argentina terá como origem projetos com envolvimento chinês, tendo empresas como a Ganfeng Lithium e Zijin Mining liderando os investimentos.

O que vemos no caso da exportação de capitais chineses para a mineração latino-americana segue o *script clássico* das relações centro-periferia: para o aumento do consumo e o enriquecimento das empresas do centro, se externaliza para a periferia a exploração de mão-de-obra em condições degradantes e os danos ambientais *mais diretos*<sup>13</sup>.

O mesmo acontece no setor agrícola, em que se destacam as plantações de soja - grão cultivado há muito tempo, mas até então de baixo impacto econômico para a região. Segundo Lester Brown (2012), o aumento do consumo de soja pela China - incorporada principalmente para alimentação humana - transformou a agricultura mundial como um todo. Dois fatores ajudam a explicar esse fenômeno: uma característica inerente à cultura de soja que - mais que outros alimentos - exige a expansão da área cultivada (Brown, 2012, p.106); e o fato de que, desde meados dos anos 1990, os agentes econômicos chineses decidiram *externalizar a produção* desse grão, criando com isso uma gigantesca demanda

13 Por suposto os danos ambientais também possuem aspectos planetários.

internacional<sup>14</sup>.

Naquele momento, os Estados Unidos – que por 60 anos foram os maiores produtores e exportadores do produto - não possuíam terras disponíveis para tal empreitada e, dessa forma, havia uma verdadeira “oportunidade” no mercado internacional. De lá pra cá, grande parcela dessa demanda foi atendida pelo agronegócio brasileiro, que desde então “tem aproveitado as oportunidades abertas por uma China em transformação” para “ocupar um papel fundamental no suprimento de recursos naturais e produtos do agronegócio”, “fato que lhe garante a liderança na produção e na exportação mundial em alguns dos mais importantes mercados agrícolas” (Hugueney, 2017, p.11). Diante disso, em apenas 26 anos - de 1998 a 2024 - as exportações de soja para a China cresceram 76 vezes - saindo de 0,9 para 69 milhões de toneladas (Marques, 2025), se tornando responsável por aproximadamente 50% do crescimento da área destinada a *commodities* agrícolas no período (Popkin, 2021). Simbolicamente, nos últimos dez anos, somente em 2022 o volume de exportações de soja brasileira para a China ficaria abaixo do patamar de 70% do total exportado (PROINDE, 2025), gerando enormes valores em dinheiro para os capitalistas do setor e divisas internacionais importantes para a balança comercial do país. Por outro lado, pela ampliação das fronteiras agrícolas, se forem considerados os últimos 19 anos, a área de soja plantada na região mais que dobrou. Cumpre destacar que essa expansão se deu e se dá por meio de graves prejuízos a biomas outrora preservados, sobretudo os Pampas, a Amazônia e - cada vez mais avassaladoramente - o Cerrado, alguns deles considerados por muitos especialistas irreversíveis mesmo no longo prazo<sup>15</sup>.

Nos parece importante lembrar que a economia chinesa é, em grande medida, pautada pelas decisões do PCC. Aparentemente os comunistas chineses aprenderam muito bem o funcionamento do capital financeiro e, apesar da decisão estratégica da externalização da produção de soja, não se contentam em participar desse mercado apenas na condição de consumidores. Por meio da gigante monopolista *China Oil and Foodstuffs Corporation* (COFCO), os chineses trataram de incorporar *traders* responsáveis

14Em 1995, a China produzia cerca de 14 milhões de toneladas de soja e consumia praticamente a mesma quantia. Em 2011, com praticamente a mesma produção, o consumo havia subido para 70 milhões de toneladas (Brown, 2012). É importante lembrarmos que a economia chinesa se vê constantemente pressionada por fatores críticos como a exaustão das terras, a crise hídrica e a necessidade de manter uma produção diversificada de alimentos - especialmente grãos, como o arroz. “Hipoteticamente, se a China tivesse escolhido produzir todos os 70 milhões de soja que consumia em 2011, teria que mudar um terço de sua área cultivada para soja, forçando-se a importar 160 milhões de toneladas de grãos - mais do que um terço de seu consumo total. Por conta dessa falha em expandir a produção de soja nos últimos 15 anos, perto de 60% de toda soja entrando no comércio internacional hoje vai para a China, fazendo-a de longe a maior importadora. Enquanto mais e mais dos 1.35 bilhões de chineses sobem na cadeia alimentar, sua importação de soja certamente continuará a aumentar” (Brown, 2012, p.103).

15 Por essas e outras, para alguns pesquisadores importantes do assunto, o agronegócio - modo de produzir que faz o cidadão brasileiro ingerir cerca de 7 litros de agrotóxico por ano (Abrasco, 2015) - é o inimigo número um da sociedade brasileira (Marques, 2025).

pela financeirização dos alimentos, como a Nidera e a Noble Agri (Pressinott, 2025; Yano, 2025). Já por meio de outra gigante estatal, a ChemChina, absorveram a Syngenta em 2017, consolidando-se como parte da tríade detentora de 60% do mercado global de sementes, ao lado da Bayer-Monsanto e da Dow-DuPont (Oxfam, 2018). Além da atuação desses grupos por toda a região, o capital chinês também obteve concessões de grandes terminais para a exportação de grãos — como em Santos, cidade que agora abriga seu maior terminal agrícola fora da China. Como podemos observar, *pelo ponto de vista periférico, o capital comunista chinês (sic) funciona de forma muito parecida ao capital financeiro mais “tradicional”*<sup>16</sup>.

Considerando o caráter ainda dominante dos Estados Unidos na região, é *plausível*, contudo, acreditar que a inserção do capital chinês traga alguma melhoria *relativa* nas condições de barganha para países da América Latina. O que não parece plausível, como vem denunciando, por exemplo, Camila Moreno (2015) e Maristella Svampa (2019), é a crença de que estamos vivenciando o estabelecimento de um relacionamento menos assimétrico numa espécie de “ganha-ganha” fruto da cooperação Sul-Sul. Com a entrada massiva de capital chinês em nosso continente, vimos aprofundados o extrativismo, o colapso ambiental e os conflitos territoriais, e se viram paralisados os processos de integração e de avanços dos acordos climáticos multilaterais — uma vez que a assinatura de convenções e acordos unilaterais com o país asiático acabou por promover a competição entre países da América Latina enquanto exportadores de *commodities* (Svampa, 2019). O Brasil, por exemplo exporta para a China grandes vultos de minério de ferro e soja; o Chile exporta muito cobre e agora vem exportando cada vez mais lítio; a Venezuela e o Equador são grandes exportadores de petróleo; o Peru exporta ferro e outros minerais (Svampa, Slipak, 2016). Dessa forma, em meados da segunda década deste século, 84% das exportações de países latino-americanos para a China são *commodities*, enquanto 64% das exportações chinesas para a região são manufaturas — o que lembra muito o padrão “clássico” das relações centro-periferia no Moderno Sistema-Mundo Capitalista.

O extrativismo, portanto, é uma perspectiva que nos permite observar nitidamente o antagonismo entre os caminhos de cada região: enquanto a China cria monopólios “verdes” dominando a cadeia do lítio, a América Latina intensifica sua “vocação agrícola”. Em termos *formais*, esses números apontam para uma nítida assimetria entre a América Latina e a China. Em termos *concretos*, o gigante asiático garante sua estabilidade alimentar doméstica com a produção agrícola latino-americana e sua liderança nas tecnologias da suposta transição verde com a obtenção de negócios extremamente vantajosos em nosso subcontinente, com a complacência de governos nacionais sempre ávidos por dinheiro

16 Para evitarmos a redundância absurda que seria “capital financeiro capitalista”.

estrangeiro. Não temos muito espaço aqui para discutir os BRICS, mas fazemos coro a Ana Garcia e Patrick Bond (2021, p.111): os BRICS estão estruturados para a defesa de elites nacionais e corporações multinacionais e não constituem “uma alternativa ideológica à globalização neoliberal, da qual a China é o principal impulsionador atualmente”. O bloco, na verdade, trabalha dentro da ordem capitalista e ocupa um “lugar cada vez mais importante na reprodução expandida do capital global”.

Dessa forma, *de um ponto de vista sistêmico*, independentemente da cor da bandeira de seu partido e da nomeação de seu regime político, o capital chinês é um dos grandes responsáveis por ampliar a pressão e a absorção de regiões ecologicamente sensíveis à divisão do trabalho do sistema-mundo uma vez que a insaciável demanda chinesa por recursos impulsiona a destruição ambiental do planeta. Como síntese desse gigantesco movimento de “ascensão sistêmica” podemos tomar as três florestas tropicais mais importantes do mundo: a já mencionada Amazônia, devastada pelo capital da soja, madeira e minérios; a Bacia do Congo, fornecedora de madeira e cobalto<sup>17</sup>; e as florestas da Indonésia, dilaceradas pelo óleo de palma e pela extração de metais “verdes”, como o níquel<sup>18</sup>. Uma vez convertidas em zonas de sacrifício locais, essas florestas simbolizam o possível destino da humanidade se seguirmos nos deixando capturar pela armadilha do desenvolvimento.

*Do ponto de vista periférico*, o antigo processo de subordinação, acelerado no século XXI com as grandes “oportunidades” geradas pelo “*boom das commodities*”, atualiza as contradições e as promessas do Desenvolvimento: *algumas* frações da sociedade pontualmente se beneficiam de um processo<sup>19</sup> que, *em termos gerais*, aprofunda as estruturas que acabarão por impedir que esses benefícios possam ser estendidos no tempo e no espaço.

Não há saída dentro do Moderno Sistema-Mundo Capitalista e seu imperativo ideológico: o Desenvolvimento. Dessa forma, é preciso escapar dessa armadilha e construir, baseados em tecnologias comuns, caminhos que nos levem à desierarquização da divisão do trabalho e ao combate às fronteiras das *commodities*, tendo como meta um planeta regenerado ambientalmente e igualitário socialmente. Em outras palavras, tais contradições colocam como desafio um projeto anti-sistêmico e pós-desenvolvimentista, algo que a teoria de Immanuel Wallerstein deixou de alguma forma implícito.

17A extração de madeira para exportação é um dos motores do desmatamento. Além disso, a mineração é responsável pelo desmatamento, especialmente por conta da exportação de cobalto para a China, que aumentou 78 vezes de 2000 para 2020 (Gulley, 2023). Em 2023 quase 100% dessas exportações foram para a China.

18Cerca de 75% do níquel da Indonésia é controlado pela China e isso tem causado imensos impactos socioambientais, sob o manto da “transição energética” (Mighty Earth, 2025)

19Importante ressaltar que, no século XXI, por questões que não cabe em nosso escopo, essas frações, em quase toda a América Latina, foram parte das classes trabalhadoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focando na simbiose da economia chinesa com o extrativismo das economias latino-americanas, cujos efeitos perversos têm se intensificado a partir do chamado Consenso de Beijing, seguimos Wallerstein em um argumento teórico relativamente simples: *de um ponto de vista sistêmico*, ante a rigidez estrutural do Moderno Sistema-Mundo Capitalista e sua estratificação hierárquica trimodal (periferia, semiperiferia, centro), o assim chamado desenvolvimento significa sempre uma vantagem *relativa* sobre outros países que participam de uma *mesma* divisão internacional do trabalho e, portanto, a suposta ascensão de um país de um estrato “inferior” (digamos a semiperiferia) para um “superior” (digamos o centro), inviabiliza ou prejudica dramaticamente a ascensão de outros países na mesma direção. Sendo assim, em termos históricos, o desenvolvimento nacional (*sic*) ocorre às custas de maior precarização do trabalho, sofrimento humano e colapso ambiental em outras regiões do sistema e, portanto, sua defesa parte de um ponto de vista chauvinista - “se a farinha é pouca, meu pirão primeiro”. Para nós, é importante repetir aqui em nossas considerações finais que nos colocamos sempre na perspectiva *sistêmica, emancipatória e, portanto, internacionalista*. Portanto, não nos interessa a defesa chauvinista do desenvolvimento supostamente nacional do Brasil e ao mesmo tempo, fica implícito por nossa argumentação que tal processo de “independência” econômica incorreria em choque com os interesses chineses. Mesmo diante do improvável caso desse “projeto” ser bem-sucedido<sup>20</sup> o “desenvolvimento brasileiro” implicaria necessariamente em subordinação e subdesenvolvimento de outros seres humanos que vivem em outros lugares. Não queremos dizer com isso que os povos não devam lutar por uma vida digna ou por prosperidade; pelo contrário, afirmamos que ao mesmo tempo em que o desenvolvimento nacional nunca foi capaz de gerar vida digna e prosperidade em termos sistêmicos, ele é justamente o mecanismo ideológico que reifica um sistema que reproduz vida indigna e sem prosperidade - o que é outra forma de dizer que o desenvolvimento produz subdesenvolvimento. Como afirmamos de início, a busca pelo desenvolvimento nacional é uma armadilha que reforça a hierarquização da divisão social do trabalho. Portanto, qualquer possibilidade de vida digna e prosperidade para os povos do mundo não passará pelo desenvolvimento nacional, mas pela recusa a este caminho que abre caminho para pensar alternativas sistêmicas de fato alternativas e de fato sistêmicas, o velho comunismo; o bem-viver; o pluriverso; o decrescimento e o que quer que – sempre passíveis de crítica – se coloque em perspectivas verdadeiramente antissistêmicas.

20 O que dependeria, por exemplo, i) da não intervenção estadunidense, que contraria séculos de política externa daquela potência; e ii) da vitória política sobre os setores “domésticos” que se beneficiam da relação de submissão aos ditames do Capital desde a colônia.

Gostaríamos ainda de ressaltar o notável o poder de síntese de Immanuel Wallerstein ao elaborar uma teoria da história econômica que funde visões tão relevantes como a de Karl Marx, ao analisar o sistema-mundial dominado por um modo de produção; a de Ferdinand Braudel, ao compreender que tal sistema é rigidamente regido por leis evidenciadas em sua longa duração; e a de Karl Polanyi, ao destacar que o capitalismo é o primeiro sistema histórico em que ocorre a economização plena da sociedade global — nos outros sistemas históricos havia sociedades com mercados, mas estes eram comprimidos e limitados por amarras sociais, portanto, tais sistemas jamais foram dominados pela “economia” em si. Assim, ao analisar a economia-mundo capitalista como um todo — deslocando o enfoque do Estado nacional em si para a evolução do sistema-mundo capitalista, superando a dicotomia centro x periferia e incorporando o conceito de semiperiferia —, Wallerstein, dentre outros, constatou que a luta aparentemente paradoxal entre desenvolvimento nacional e subdesenvolvimento é, na verdade, funcional para um sistema polarizador e trimodal como o capitalismo (Wallerstein, 2006), ainda que a perspectiva antidesenvolvimentista das ASM seja um de seus aspectos mais negligenciados. Seguindo o exemplo do velho Wallerstein, entendemos que o quadro geral do Moderno Sistema-Mundo Capitalista – em que pese sua estrutura estar em frano colapso - permanece em nossos dias, de modo que podemos nos guiar em seu legado teórico para pensar nossa própria situação histórica. Em nossa caótica conjuntura, marcada por discussões sobre a “retomada de rivalidades imperialistas” (*sic*) e “transições sistêmicas” (*sic*), deveríamos ter a ousadia de nos arriscar na construção ao menos de um esboço de um projeto libertador que ultrapassasse os limites dos paradigmas ainda dominantes da ideologia do Desenvolvimento. Essas são algumas das grandes riquezas analíticas da ASM ao nos prevenir contra a análise reificada por unidades “nacionais” e insistir na importância de tomar como unidade de análise a totalidade do determinado sistema histórico a ser estudado. Considerando que vivemos o colapso dessa estrutura, nos encontramos, como nosso autor, em uma história efetivamente *aberta* na qual as bifurcações históricas permitem a criação de novos sistemas.

## REFERÊNCIAS

- AGROSITIO. Confirmada la inversión china en Río Negro. Se constituyó la Empresa Beidahuang Argentina. *Agrositio*, 25 ago. 2011. Disponível em: <https://www.agrositio.com.ar/noticia/125496-confirmada-la-inversion-china-en-rio-negro-se-constituyo-la-empresa-beidahuang-argentina.html>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ABRASCO. *Aumenta a quantidade de agrotóxicos consumido por cada brasileiro: 7,3 litros*. Vilma Reis. Rio de Janeiro: Abrasco, 28 abr. 2015. Disponível em: <https://abrasco.org.br/aumenta-a-quantidade-de-agrotoxicos-consumido-por-cada-brasileiro-73-litros/>. Acesso em: 20 set. 2025.

- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BALL, P. China's complex material footprint. *Nature Materials*, v. 19, n. 2, p. 133, 2020.
- BOA NOVA, V.V.F.; JABBOUR, E.M.K.; CAMBUHY, M.C. *A nova economia do projeto como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território*. Geosul, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 69-93, mai./ago.23.
- BROWN, L. *Full Planet, Empty Plates - the new geopolitics of food scarcity*. W W Norton & Comp., 2012.
- COELHO, A.; UNGARETTI, C. *A China e o triângulo do lítio: motivações, repercussões e implicações*. *Observa China*, 28 out. 2023.
- EMMANUEL, A. *A troca desigual* em PALLOIX, C. *et.al*. Imperialismo e Comércio Internacional. SP: Global, 1981.
- FRANCO, T.F. *Imperialismo capitalista em três atos*. 2011. 142 p. Dissertação (mestrado) - IE/Unicamp, SP.
- FRANK, A.G. *El desarrollo del subdesarrollo*. Pensamento Crítico, Habana, nº 7, 1967.
- GLOBO, O. Até 22% das exportações da Amazônia e Cerrado para a UE podem ter origem em desmatamento ilegal, diz estudo. O Globo, SP, 16 jul. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ate-20-da-soja-17-da-carne-exportada-da-amazonia-cerrado-para-ue-podem-ter-origem-em-desmatamento-ilegal-diz-estudo-24535732>>. Acesso em: 31/7/25.
- GULLEY, A.L. China, the Democratic Republic of the Congo, and the global cobalt supply chain. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 120, n. 27, p. e2212037120, 2023.
- HILL, D. Ecuador pursued China oil deal while pledging to protect Yasuni. *The Guardian*,. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2014/feb/19/ecuador-oil-china-yasuni>. Acesso em: 01/10/25.
- HUGUENEY, C. *O agronegócio brasileiro: China e comércio internacional*. RJ: FGV, 2017. Relatório técnico.
- INFOCAMPO. Beidahuang Group, cabecera de playa china en Sudamérica. *Farmlandgrab*, 8 jul. 2011. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/post/18935-beidahuang-group-cabecera-de-playa-china-en-sudamerica>. Acesso em: 22 set. 2025.
- JABBOUR, E.M.K.; DANTAS, A. T. *Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social*. Nova Economia, BH, v. 30, n. 3, p. 1029-1051, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/FrQC4MWZ3W8hy5xLZkPQjmG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/9/25.
- LOUREIRO, F. P. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. SP: Unesp, 2020.
- MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2ª ed. Campinas - SP: Unicamp, 2016.
- MARQUES, L. *Ecocídio: por uma (agri)cultura da vida*. São Paulo: Expressão Popular, 2025.
- MIGHTY EARTH. *From Forests to EVs*. Maio 2024. Disp. em: <https://mightyearth.org/wp-content/uploads/2024/05/FromForeststoEVs.pdf>. Acesso em: 5/10/25.
- MORENO, C. *O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. SP: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- OXFAM. *A Hora de Mudar – desigualdade e sofrimento humano nas cadeias de fornecimento dos supermercados*. Oxford, 2018.
- POPKIN, G. *Cropland has gobbled over 1 million square kilometers of Earth's surface*. *Science*, 01 set. 2021. Disponível em: <https://www.science.org/content/article/cropland-has-gobbled-over-1-million-square-kilometers-earth-s-surface>. Acesso em: 23 set. 2025.
- PRESSINOTT, F. Com terminal em Santos, Cofco amplia capacidade de exportação no Brasil. *Globo Rural*, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://globo.rural.globo.com/especiais/caminhos-da-safr/noticia/2025/01/com-terminal-em-santos-cofco-amplia-capacidade-de-exportacao-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2025.

PROINDE. *Soya bean exports reach record levels amid strong demand from China*. 2 jul. 2025.

ROSTOW, W.W. *A Estratégia Americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SLIPAK, A. América Latina y China: ¿Cooperación Sur-Sur o “Consenso de Beijing”? *Nueva Sociedad* nº 250, março-abril 2014.

SVAMPA, Maristella. *As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, nº 244, março-abril 2013.

SVAMPA, M.; SLIPAK, A. M. *China en América Latina: del consenso de los commodities al consenso de Beijing*. *Ensamblés*, v. 1, n. 3, p. 34–63, 2015.

WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy: essays by Immanuel Wallerstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, I. *The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis*. In: WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays by Immanuel Wallerstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979a. p. 1-36.

WALLERSTEIN, I. *O desenvolvimento de uma posição intelectual*. Disponível em

<https://blogdolabemus.com/2019/09/05/o-desenvolvimento-de-uma-posicao-intelectual-por-immanuel-wallerstein/> Acessado em 6/10/25

WALLERSTEIN, Immanuel. *A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber*. Em: Vieira, P.A., Vieira, R.L. e Filomeno, F.A. *O Brasil e o capitalismo histórico*. SP: Cultura Acadêmica, 2012.

WALLERSTEIN, I. *Three paths of national development in sixty century Europe*. Em: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979b. p. 37-48.

WALLERSTEIN, I. *The present state of the debate on world inequality*. Em: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979c. p. 49-65.

WALLERSTEIN, I. *Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world economy*. Em: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979d. p. 66-94.

WALLERSTEIN, I. *Semiperipheral countries and the contemporary world crisis*. Em: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979e. p. 95-118.

WALLERSTEIN, I. *Impensar a ciência social*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

WALLERSTEIN, I. *El Moderno Sistema Mundial I*. Madrid: Siglo XXI, 2016.

WALLERSTEIN, I. *El Moderno Sistema Mundial III*. Madrid: Siglo XXI, 2017.

WIEDMANN, T. *et al. The material footprint of nations. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 112, n. 20, p. 6271-6276, 2015.

WIEDMANN, T.; LENZEN, M. *Environmental and social footprints of international trade*. *Nature Geoscience*, v. 11, n. 5, p. 314–321, 2018.

WORLD BANK. *Lifting 800 million people out of poverty: new report looks at lessons from China's experience*. Washington, D.C: World Bank, 01 abr. 2022.

YANO, C.. Da semente ao porto: como a China se “infiltrou” na cadeia produtiva do agro brasileiro. *Gazeta do Povo*, 25/8/25. Disp. em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/china-infiltrou-cadeia-agro-brasileiro/>. Acesso em: 20/9/25.